

## 25 de Novembro: usos e abusos da História

Nuno Severiano Teixeira | *Público* | 1 de Maio de 2024

Nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril regressou a polémica sobre o 25 de Novembro. Os partidos à direita (CDS, IL e Chega) centraram-se no 25 de Novembro e defenderam a inclusão da data nas comemorações oficiais. Nuno Melo, ministro da Defesa, tinha ido mais longe: com o sentido de Estado que se lhe conhece, tinha anunciado num congresso partidário uma medida do Governo – a criação de uma comissão comemorativa dos 50 anos do 25 de Novembro. Recorde-se que na legislatura anterior os partidos políticos, incluindo o PS, tinham acordado na Assembleia da República, deixar o 25 de Novembro fora das comemorações oficiais, sob o pretexto de não haver “uma leitura consensual”. O presidente do Parlamento, José Pedro Aguiar-Branco, com o sentido institucional e o bom senso que o caracteriza, já disse que “os dois momentos devem ser assinalados”.

Nada de novo. A polémica regressa, ciclicamente, sempre que se comemora o 25 de Abril. E configura um clássico daquilo que os historiadores designam sob o conceito de usos da História. Isto é, a apropriação simbólica do passado para uso e ao serviço da política do presente. Compreende-se, até, porque é que uma certa direita quer reatualizar as clivagens políticas e os riscos de uma guerra civil no passado. Certamente, porque isso alimenta a polarização política que a favorece no presente e o confronto simbólico das datas joga nisso um papel instrumental.

Difícil de compreender é a inversão das apropriações. O PS de Mário Soares que foi o aliado civil dos militares moderados que fizeram o 25 de Novembro aceita não comemorar a data e, nesse sentido, aliena esse património histórico que é seu. E a direita que, para o 25 de Novembro, “não meteu prego nem estopa”, quer agora apropriar-se de um património histórico que não é seu. Compreende-se o uso, mas não se aceita o abuso.

O 25 de Novembro foi obra dos militares moderados do Grupo dos Nove (Ramalho Eanes, Vasco Lourenço, Melo Antunes) que, com o apoio do Presidente Costa Gomes, derrotaram a esquerda militar (Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho). Mas os militares moderados contaram com um grande aliado civil: Mário Soares e o PS – que com a legitimidade histórica da luta contra a ditadura e a legitimidade eleitoral da vitória na Constituinte teve um papel fundamental no combate contra a tentativa de regressão democrática: na luta contra a unicidade sindical, pela liberdade de imprensa no “caso República”, na mobilização popular na manifestação da Fonte Luminosa e na acção diplomática de Soares no apoio internacional à democratização portuguesa. O PSD também teve o seu papel, mas de menor relevo.

Quanto à direita, aquela que hoje se reclama do 25 de Novembro, andava então desaparecida em combate. O 25 de Novembro derrotou a esquerda militar e a regressão democrática, mas derrotou também o revanchismo da direita que queria ilegalizar o PCP. Foi o reassumir do 25 de Abril: uma vitória da liberdade e a confirmação da democracia.

As democratizações são processos longos e complexos, com avanços e recuos que umas vezes progridem e triunfam, outras regridem e falham. Os politólogos que estudaram as democratizações mostraram como, normalmente, estes processos passam por dois períodos distintos: a *transição* que marca a passagem do regime autoritário para a democracia; e a *consolidação* que marca o triunfo da transição e a normalização democrática. Em Portugal, a *transição*, entre 1974 e 1976, corresponde ao período revolucionário, pré-constitucional, o chamado “Processo Revolucionário em Curso” (PREC); a *consolidação*, entre 1976 e 1982, corresponde ao período constitucional e à institucionalização do regime democrático. O 25 de Abril inicia o processo de *transição*, o 25 de Novembro, o processo de *consolidação*. Não haveria 25 de Novembro sem o 25 de Abril e o 25 de Abril sem 25 de Novembro teria sido um curto intervalo entre dois regimes autoritários: antes à direita, depois à esquerda. São dois momentos-chave do mesmo processo de democratização. Deve celebrar-se as duas datas, mas não se pode comemorar o 25 de Novembro contra o 25 de Abril. “O dia inicial inteiro e limpo.”

<https://www.publico.pt/2024/05/01/opiniao/opiniao/25-novembro-usos-abusos-historia-2088814>